

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Avenida Theotônio Segurado AANE 40 - Bairro Plano-Diretor Norte - CEP 77006-332 - Palmas - TO - http://wwa.tjto.jus.br OI-01 Lote 03

Edital Nº 503 / 2024 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 245, de 2024 - SEI Nº 24.0.000006384-0

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no I FÓRUM FUNDIÁRIO DO TOCANTINS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO, a se realizar no dia 25 de novembro de 2024, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme seque:

1. DADOS GERAIS

Nome: I Fórum Fundiário do Tocantins – Desenvolvimento Sustentável: Parcerias e Meios de Implementação

Objetivo: Promover o aprimoramento da governança de terras no Estado, por meio da troca de experiências, atualização de conhecimentos e reflexão crítica sobre os principais desafios enfrentados pelos municípios na implementação de políticas de regularização fundiária.

Período de inscrições: As inscrições ocorrerão no período de 30 de outubro a 25 de novembro de 2024.

Inscrições: As inscrições serão realizadas, via web, no endereço eletrônico esmat.tjto.jus.br

Públicos-Alvo: Magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense; Servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense; Servidores e servidoras vinculados(as) às instituições federal, estadual ou municipal, encarregados(as) das questões fundiárias no âmbito de suas competências; Tabeliães(ãs) e registradores(as) e notários titulares, interinos e/ou interventores do estado do Tocantins, prepostos dos cartórios extrajudiciais; Estudantes e comunidade em geral.

Carga horária: 6 horas-aula

Modalidade: Híbrida

Local: Presencial para os participantes de Palmas e outros interessados no Auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins com transmissão "ao vivo" pelo Youtube na Plataforma Virtual da Esmat para as as comarcas do interior

Haverá Pagamento de Diárias?

(X) NÃO

2. VAGAS:

- 2.1 Quantidade de Vagas: 1.320, asssim distribuídas:
- 2.1.1 Presencial 320
- 2 1 2 FaD 1000

3. PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 Serem magistrados e magistradas do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.2 Serem servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense;
- 3.3 Serem servidores e servidoras vinculados(as) às instituições federal, estadual ou municipal, encarregados(as) das questões fundiárias no âmbito de suas competências:
- 3.4 Serem registradores(as) e notários titulares, interinose/ou interventores do estado do Tocantins, prepostos dos cartórios extrajudiciais;
- 3.5 Serem estudantes e da comunidade em geral..

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- 4.1 Os(As) inscritos e as inscritas deverão participar das atividades programadas, conforme descrição no item 5 deste Edital;
- 4.2 Haverá tolerância de 15 minutos após o horário definido para início, e 15 minutos antes do horário definido para o final da atividade;
- 4.3 As frequências serão registradas por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período. Quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo(a) aluno(a);
- 4.3.1 Modalidade Presencial Auditório do Tribunal de Justiça
- 4.3.1.1 A frequência dos(as) participantes de Palmas, na modalidade presencial, serão registradas por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período. Quando não for possível a verificação da frequência pelo leitor do código de barras, poderá haver lista de presença, a qual deverá ser assinada exclusivamente pelo(a) aluno(a);
- 4.3.1.2 A frequência dos(as) participantes das cidades do interior do Tocantins e demais regiões será computada no momento em que o(a) participante efetuar o seu *login* de acesso no Sistema Acadêmico Virtual (SAV), para assistir à transmissão do Evento, *link* este que será disponibilizado, no Portal Esmat, para acesso na data do Evento:
- 4.4 Os(As) alunos(as) deverão cumprir no mínimo 75% de frequência, para certificação;
- 4.5 Não haverá aferição de nota aos alunos e às alunas;
- 4.6 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização do Evento, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os inscritos e as inscritas deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

5. CRONOGRAMA E PROGRAMAÇÃO

I FÓRU	M FUNDIÁRIO DO TOCANTIN	IS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO
	Das 8h30 às 9h	Credenciamento na entrada do auditório do Tribunal de Justiça
Dia 25 de novembro de 2024	Das 9h às 9h30	Abertura do Evento
		PALESTRA 1 Tema: A Governança de Terras no Brasil e o Papel do Poder Judiciário Brasileiro
	Das 9h30 às 10h30	Palestrante: Richard Torsiano Consultor Internacional em Governança e Administração de Terras FAO/ONU/Banco Mundial
		Debatedores: Vágmo Pereira Batista Delegatário do 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de Miracema do Tocantins
		Clícia Roquetto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhão-PR, Diretora de REURB da ARIPAR e Diretora de REURB do RIB
		Moderador: Wellington Magalhães
		Juiz de Direito Coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária – Nupref
	i 	PALESTRA 2 Tema: A regularização fundiária, assentamentos rurais e segurança alimentar
	Das 10h30 às 11h30	Palestrante: Vágmo Pereira Batista Delegatário do 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de Miracema do Tocantins
		Debatedores: Edmundo Rodrigues Costa Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins
		Richard Torsiano Consultor Internacional em Governança e Administração de Terras FAO/ONU/Banco Mundial Moderador:
		Wellington Magalhães
		Juiz de Direito Coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária – Nupref
	Das 11h30 às 14h	Intervalo para o almoço
	 	PALESTRA 3 Tema: A regularização fundiária urbana: mitos, verdades e desafios
	Das 14h às 15h	Palestrante: Clícia Roquetto
		Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhão-PR, Diretora de REURB da ARIPAR e Diretora de REURB do RIB
		Debatedores: Vânia Sousa Advogada responsável pela Regularização Fundiária no município de Araguaína/TO
		Josiene Soares Guimarães Advogada e Presidente da Comissão de Regularização Fundiária na Prefeitura Municipal de Dianópolis
		Humberto Xavier
		Professor doutor Presidente do Instituto de Atenção às Cidades - IAC/UFT
		Moderador: Wellington Magalhães Juiz de Direito Coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária – Nupref
		Moderador: Wellington Magalhães Juiz de Direito Coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária – Nupref OFICINAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
	Das 15h às 17h	Moderador: Wellington Magalhães Juiz de Direito Coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária – Nupref OFICINAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA O Caso do Município 1 – Palmas O Caso do Município 2 – Araguaína O Caso do Município 3 – Gurupi
	Das 15h às 17h Às 17h	Moderador: Wellington Magalhães Juiz de Direito Coordenador do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária – Nupref OFICINAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA O Caso do Município 1 – Palmas O Caso do Município 2 – Araguaína

5.1 PROFESSOR(A) / FACILITADOR(A) DE APRENDIZAGEM / TUTOR(A) / CONTEUDISTA

5.1.1 Richard Martins Torsiano

Síntese do Currículo Esp

Especialista internacional em governança e administração de terras, com mestrado em Cadastro e Ordenamento Territorial. pela Universidade de Jaén, Espanha. Foi diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por dez anos, tendo coordenado políticas nacionais de gestão fundiária, como o cadastro de terras, regularização fundiária, cartografia, regularização de territórios quilombolas e aquisição de terras por estrangeiros. Gestão que lhe rendeu os dois maiores prêmios nacionais de inovação na gestão pública. Coordenou a formulação do Programa Terra Legal de regularização fundiária na Amazônia. Liderou processos de mediação de conflitos agrários envolvendo comunidades tradicionais,

produtores rurais, áreas de segurança nacional e empreendimentos de produção agrícola e de energias renováveis, atuação que lhe rendeu a medalha Mérito Tamandaré, major comenda da Marinha do Brasil. Consultor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e do Banco Mundial no tema de governança fundiária na América Latina e Caribe. Participou de diversas missões internacionais na América Latina, África, Europa e EUA. É coordenador executivo do Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria-Geral de Justica do Piauí, é idealizador e cofundador do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça da região do MATOPIBA. Em 2020, recebeu do governador do Piauí a medalha Mérito Renascença, maior comenda do Estado. É professor da Escola Nacional da Magistratura e professor convidado do mestrado na Faculdade de Engenharia Cartográfica e Geodésia da Universidade de Jaén, Espanha. É membro do Grupo de Pesquisa em Governança de Terras da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Grupo de Políticas Públicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP). Em 2020, foi eleito diretor-presidente do Centro de Inteligência para Governança de Terras e Desenvolvimento Sustentável (CITE). 5.1.2 Nome Vágmo Pereira Batista Especialista em Direito Civil, pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Direito Administrativo, pela Universidade Anhanguera. Síntese do Currículo Professor universitário titular de Direito Civil. Tabelião e oficial de Registro de Imóveis.

5.1.3 Nome Edmundo Rodrigues Co

Edmundo Rodrigues Costa

Possui Licenciatura em História – Fundação Universidade do Tocantins e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - Universidade Federal do Tocantins- UFT. Atualmente exerce o cargo de Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Tocantins.

5.1.4 Nome Vânia Sousa

Síntese do Currículo

Advogada, formada na Faculdade Católica Dom Orione, 2011. Pós-Graduada em Direito Público, Constitucional e Administrativo, pela LFG, 2013. Pós-Graduada em Direito Imobiliário Aplicado, pela Escola Paulista de Direito (EPD), 2020. Especialista em Direito Imobiliário, Membro do Tribunal de Ética (TED) da OAB/TO. Desde 2021, responsável pela Regularização Fundiária no município de Araguaína/TO.

5.1.5

Nome Josiene Soares Guimarães

Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins. Pós Graduação em Direito Tributario Empresarial pela Fundação Renato Saraiva (CERS), Pós Graduação em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Atualmente é advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Tocantins (To) e Presidente da Comissão de Regularização Fundiária na Prefeitura Municipal de Dianópolis. É advogada atuante na área do Direito imobiliário e em assessoria para Regularização Fundiária urbana.

5.1.6

Nome Humberto Xavier

Graduação em Engenharia de Telecomunicações, Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará UFPA (2007) e Doutorado e Pós doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2012). Tem experiência na área de Engenharia Elétrica com ênfase em Engenharia Eletrônica e Telecomunicações, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicações móveis, micro-ondas, metamateriais, antenas planares e compatibilidade eletromagnética, redes móveis 5G, inteligência artificial e internet das coisas. Especialidade em microeletrônica, projetos de Circuitos Integrados Analógicos e de RF, e Antenas Inspiradas em Metamateriais. Atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Tocantins no curso de Engenharia Elétrica, e atua no programa de Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas na mesma instituição. Presidente do Instituto de Atenção às Cidades - IAC/UFT. Foi Pesquisador Visitante da Universidad Autónoma de México - UNAM no período de 11/2016 a 12/2016, através do Edital Jovens Pesquisadores do Banco Santander, Bolsista Produtividade FAPT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins.

5.1.7

Nome Clícia Roquetto

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais, 2007. Advogada na área Cível, de 2008 até 2012, atuando de 2009 até 2011 como conciliadora no fórum João Mendes Junior em São Paulo. Aprovada no concurso para Serventias Extrajudicias em Minas Gerais. Atuou como oficiala de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de 2012 a 2016. Aprovada no concurso para Serventias Extrajudiciais no estado do Paraná. Assumiu o Registro de Imóveis da Comarca de Pinhão, em 2017. Foi interina do Tabelionato de Protesto, de 2018 até 2023. Interventora no Tabelionato de Notas, em 2020. Pós-Graduada em Direito Penal e Processo Penal, com capacitação para docência no ensino superior. Pós-Graduada em Direito Notarial e Registral. Pós-Graduanda em Direito Imobiliário. Mestranda em Ciências Jurídicas. Diretora de Regularização Fundiária da Associação dos Registradores de Imóveis do Estado do Paraná (Aripar). Diretora de Regularização Fundiária Urbana do Registro de Imóveis do Brasil (RIB). Atualmente oficiala de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhão-PR. Diretora de Reurb da Aripar. Diretora de Reurb do Rib.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Síntese do Currículo

Síntese do Currículo

- 6.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital;
- 6.2 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do Evento, porventura suscitados, deverão ser encaminhados à Coordenação do Congresso.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 22/10/2024, às 19:28, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.tjto.jus.br/verifica/ informando o código verificador 6135601 e o código CRC 39R7674F

24.0.00006384-0 6135601v3